Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

EDUCAÇÃO

Mais de um terço falta ao Enem

Recorde foi de 36% de abstenções. Para os próximos exames, são avaliadas mudanças na redação e inscrições do exterior

» RAFAELA BOMFIM
» RAPHAEL PATI

Ao todo, 5.053.921 candidatos se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026, mas 1.819.411 não compareceram às provas, o equivalente a 36% —maior abastenção desde 2022. Pelo menos 1.683 participantes foram eliminados pelas mais diversas razões, como atrasos, toque de celular e desobediência às regras. Mais de 600 mil profissionais foram mobilizados, em 184 mil salas de aula distribuídas por quase 15 mil locais diferentes, em 1.901 municípios em todo o país. Uma das mudanças desta edição foi a inscrição automática de estudantes concluintes do ensino médio da rede pública. Outras alterações estão análise para as próximas edições, como a autorização de estudantes no exterior.

Pela primeira vez, foi utilizada como base dados fornecidos pelas próprias redes de ensino. A medida busca facilitar a participação dos alunos e ampliar o acesso ao exame. "O que nós precisamos é continuar conscientizando a juventude para que possa aproveitar esse instrumento poderosíssimo de inserção no ensino superior, que é o Enem. É um instrumento extremamente democrático, é uma mudança significativa que fez com que o Brasil pudesse abrir as portas das universidades públicas e privadas de qualquer renda", destacou o ministro da Educação, Leonardo Barchini, durante o balanço final da prova.

Aumentou a participação de estudantes de escolas públicas, passando de 53,8%, em 2025, para 65%, em 2026 — aumento de 250 mil estudantes. Para o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palacios, os números, no geral, são positivos. "Estamos felizes de entregar um serviço tão importante para todo o país. Queremos assegurar em 2027 uma participação ainda maior de concluintes do ensino médio."

O registro de 1.683 eliminações ontem aponta para uma estabilidade em relação aos números apurados para o mesmo dia de provas em 2025, quando houve cerca de 1,7 mil. O ministro da Educação explicou que a maioria se deveu a celulares que tocaram durante a prova — é importante lembrar que eles devem ficar desligados e guardados enquanto o certame estiver em execução —, além de estudantes que tentaram ir ao banheiro em horas indevidas.

Novidades

O Inep ainda destacou que pode haver mudanças para as próximas edições. Segundo o ministro, o instituto deve apresentar em breve proposta de alteração na estrutura da prova. "A gente esperou essa edição, que fizemos com muito sucesso, para que a gente possa, a partir de agora, discutir essas mudanças", destacou.

Barchini citou a possibilidade de aplicação do exame nacional em outros países, o que ainda não foi possível em razão de haver uma "falta de condições suficientes". "Nós vamos estudar para tentar fazer no ano que vem. Lembrando que estrangeiros que têm CPF podem fazer o Enem, inclusive muitos deles fazem em zona de fronteira, inscrevendo-se na página do participante."

Desafio

Ontem, no segundo dia de exame, os participantes enfrentaram 90 questões de múltipla escolha, divididas entre Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (que reúne conteúdos de química, física e biologia). Tiveram cinco horas para resolver aspectos relacionados a danos ambientais, carros elétricos, aplicativos de namoro e a obra Abaporu, de Tarsila do Amaral, com escala matemática.

No dia 8, houve as provas de Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas, além de redação cujo tema deste ano foi "A valorização do Sistema Único de Saúde (SUS) como direito universal". Há uma semana, as eliminações chegaram a 4.359 em todo o país.

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, acompanhado pelo ministro da Educação, visitou ontem pela manhã a sede do Inep — que planeja, que coordena e aplica o Enem no país —, em Brasília. Ele classificou o desafio de realizar o exame como "impressionante".

Alckmin ressaltou a mudança provocada pelo Enem no acesso às universidades. Com a prova nacional, tornou-se possível utilizar uma única avaliação para disputar vagas em diferentes instituições. Ele destacou a importância de programas federais que utilizam as notas do exame, como o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Miguel Angelo/MEC



Presidente do Inep, Manuel Palacios, e ministro da Educação, Leonardo Barchini, analisam os dois dias de provas da edição 2026

Total de inscritos:
5.053.921

Abstenções: 1.819.411
Candidatos 60+: 13.821

Treineiros: 1.015.132

Municípios: 1.901

Locais de prova: 14.868

Salas de aplicação: mais de 184 mil

Profissionais mobilizados: mais de 600 mil

» Menos idosos, muitos treineiros

Menos idosos participaram da edição deste ano, registrando 13.821 dos 60+ inscritos. Foram 19,6% a menos em comparação a 2025, quando 17.192 se inscreveram — maior número de participantes dessa faixa etária de todos os exames. Os treineiros também se apresentam de forma expressiva: 1.015.132 de candidatos que ainda não concluíram o ensino médio testaram conhecimentos. Eles correspondem a cerca de 20% do total de inscrições confirmadas.

Hackers

Durante a visita, o ministro da Educação relatou que o portal do Inep sofreu, ontem, tentativas de ataques hackers. Segundo ele, as ocorrências foram identificadas pelo sistema de monitoramento e estavam sob controle, sem comprometer a aplicação das provas. Barchini não detalhou as tentativas de invasão nem a origem das ações, mas informou, já no balanço final, que elas foram controladas pelo "escudo" de defesa do Inep, que conta com plataformas que dificultam o acesso de criminosos ao portal do Enem, utilizado pelos participantes para consultar informações relacionadas ao exame.

Na edição de 2026 do Enem, foi incluída a possibilidade de reaplicação das provas para candidatos que tiveram a participação prejudicada por problemas de saúde ou situações logísticas As novas aplicações estão marcadas para 15 e 16 de dezembro. O pedido deverá ser feito pela Página do Participante, entre 16 e 21 de novembro.

Para requerer a alternativa, é preciso apresentar comprovações de que se insere entre as pessoas com doenças infectocontagiosas previstas no edital, sofreu por falta de energia elétrica ou problemas de infraestrutura nos locais de prova e desastres naturais. Inicialmente, estudantes de 39 locais, devido a problemas relacionados ao fornecimento de energia, por intercorrências no primeiro dia de aplicação. No segundo dia, foram registrados 11 casos de falta de luz em todo o país. Atrasos e ausências por motivos pessoais não dão direito a uma nova aplicação.

Além de funcionar como principal porta de entrada para o ensino superior no país, o Enem também voltou, em 2025, a permitir a certificação de conclusão do ensino médio para candidatos com 18 anos ou mais que atendam aos critérios estabelecidos. A partir desta edição, o exame também passa a integrar a avaliação das competências e habilidades esperadas ao final da educação básica, em articulação com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). As notas individuais dos participantes estão previstas para janeiro de 2027. Os resultados poderão ser utilizados nos processos seletivos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de instituições de ensino portuguesas conveniadas ao Inep.

» Leia mais página 13

LAVAGEM DE DINHEIRO

Mercado de arte vira alvo do governo

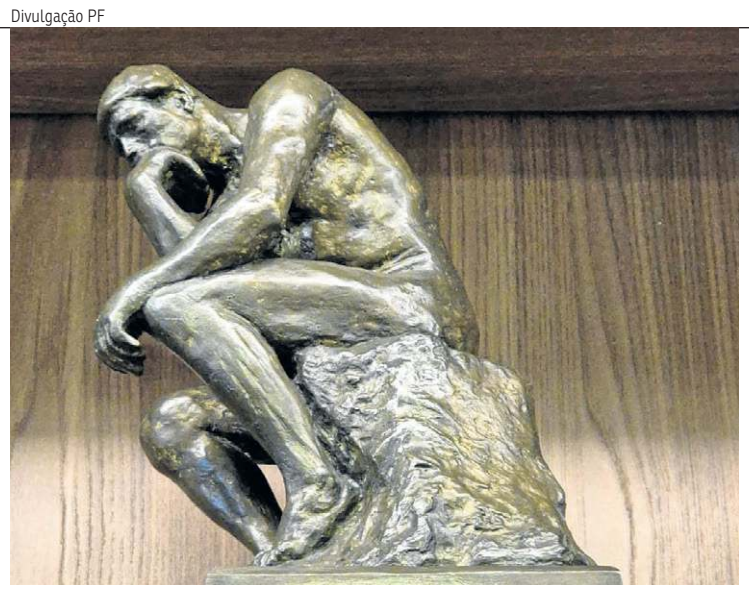
» VICTOR CORREIA

O governo federal quer fechar brechas no mercado de arte e antiguidades que facilitam crimes financeiros, como a lavagem de dinheiro e a sonegação de impostos. O tema foi tratado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), força-tarefa que inclui 90 órgãos dos Três Poderes é coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A Enccla encerrou as atividades do ano na semana passada, com uma reunião no Rio de Janeiro, e definiu as prioridades de 2027.

No caso da arte, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) produziu um estudo que identificou uma série de vulnerabilidades. Por exemplo, as negociações ocorrem sem transparência sobre quem são os verdadeiros proprietários das obras, e há dificuldades em fiscalizar se as regras de prevenção a crimes financeiros estão sendo cumpridas no setor, mesmo havendo uma legislação abrangente desde 1998, regulamentada em 2016 para o mercado da arte.

A apreensão de obras de arte é comum em operações contra crimes financeiros. O caso mais icônico é o da Operação Lava-Jato, que, em seus seis anos de duração, encontrou mais de 200 peças, que foram doadas ao Museu Oscar Niemeyer (MON), de Curitiba. Recentemente, duas ações da Polícia Federal (PF) miraram o comércio ilegal de obras. Na terça passada, a Operação Página Oculta mirou grupo criminoso que planejava roubar o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio.

Divulgação PF



Escultura apreendida pela Polícia Federal em setembro deste ano

Também foram alvo receptadores de Laéssio Rodrigues de Oliveira, apontado pela PF como o maior ladrão de livros raros do país, que, atualmente, está preso.

Ações

Em setembro, a corporação também recuperou uma pintura peruana que pertence ao Patrimônio Cultural do país e que não pode ser comercializada nem enviada a outras nações sem autorização do governo. O quadro teria sido vendido em uma plataforma internacional para uma empresa brasileira. Outras 13 obras também foram apreendidas.

As ações mostram a ligação entre diferentes crimes envolvendo obras de arte, do roubo à ocultação de patrimônio. O Banco de Bens Culturais Procurados (BCP), do Iphan, registra 1.755 obras tombadas que são dadas como furtadas ou desaparecidas. Qualquer transação envolvendo uma delas acenderia um alerta. Além disso, quem atua na venda de arte deve se registrar no Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades (Cnart) reúne 3.401 agentes ativos, incluindo negociantes e leiloeiros. Ele não inclui, porém, intermediários que atuem em negociações eventuais, nem artistas que comercializam suas próprias obras.

Outra base de dados relevante para as negociações é o Cadastro de Bens Musealizados Desaparecidos, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que mostra se uma determinada peça pertence a algum acervo. Um dos problemas apontados pelo Iphan é a falta de comunicação entre os sistemas, já que uma mesma obra pode ter registros diferentes, dificultando a identificação de irregularidades.

Opacidade

O Iphan destaca que a própria natureza das obras de arte já dificultam o controle. O valor, muitas vezes, é subjetivo, e depende de fatores como a autenticidade e o reconhecimento do artista no mercado. Além disso, não existe um registro público de titularidade, como ocorre com outros bens, como imóveis, para saber quem já foi dono de uma determinada peça.

Para ilustrar a falta de transparência no setor, o Iphan menciona quatro casos brasileiros de lavagem de dinheiro usando obras de arte citados em um relatório de 2023 do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi). Em nenhum deles a investigação partiu de denúncias vindas do mercado da arte. O Iphan, que faz análise de risco, criará uma matriz e risco e critérios de seleção para a fiscalização do setor.